

NOTA TÉCNICA nº 01/2009

Reflexões sobre o sexismo na linguagem

"Defender a economia da linguagem às custas das mulheres é algo que só os homens podem fazer. Ou uma mulher que não perceba que o masculino plural não é inócuo, que acaba negando as mulheres".
(Gemma Lienas)

A presente nota tem como objetivo trazer alguns elementos para a discussão sobre a visibilidade do gênero gramatical feminino equilibrada com a visibilidade do gênero gramatical masculino na linguagem utilizada nos documentos elaborados pelo Conselho Regional de Psicologia da 3ª Região (CRP03). Há que se ressaltar a utilização de uma linguagem explicitamente inclusiva do feminino e do masculino, e, assim, optou-se por uma linguagem que represente as mulheres e que enfrente o sexismo lingüístico.

O sexismo na linguagem ainda hoje é muito utilizado, o que denota uma linguagem que discrimina as mulheres, ao adotar o gênero masculino como fórmula única para referir-se a homens e mulheres de forma genérica. Nesse sentido, Iáris Ramalho Cortês¹ assinala que

Na ortografia, deixamos de ser, em todo o texto, uma “sombra” do homem, ou seja, quando se falava a palavra “homem”, tínhamos que nos sentir incluídas na masculinidade que esta palavra encerra. O “homem” estava colocado como o representante da humanidade brasileira e com isto a “mulher” não necessitava ser citada diretamente de vez que possuía um representante legal, pré-estabelecido pela escrita. Nos termos gerais passou a ser adotada a palavra “pessoas”.

Observa-se que o patriarcalismo contribuiu muito para o ocultamento das mulheres, ao passo que colocou o homem no centro, como parâmetro. Nesse “modelo”, as mulheres foram colocadas à margem, e, no percurso, adotou-se uma linguagem sexista para invisibilizar as mulheres, tendo essas que se sentir incluídas no masculino. Segundo Isaura Isabel Conte², a

1 CORTÊS, Iáris Ramalho. **O Código Civil tem artigo feminino?** Disponível em: <http://www.cfemea.org.br/publicacoes/artigos_detalhes.asp?IDArtigo=9>. Acesso em 07 dez 2009.

2 CONTE, Isaura Isabel. **Construindo igualdade de Gênero.** Disponível em: <<http://br.monografias.com/trabalhos915/construindo-igualdade-genero/construindo-igualdade-genero2.shtml>>. Acesso em 07 dez 2009.

linguagem masculinizada é colocada como neutra, cria uma estrutura que limita e condiciona o pensamento, e, por fim, destaca:

A língua expressa tradições patriarcais de quem a fala, os usos misóginos do léxico e da gramática pretendem nos simplificar, e simplificar as palavras e seus conteúdos; nesta espécie "em si" se acaba mutilando a humanidade já que uma parte substancial dela não é nomeada. Assim, nós mulheres somos devoradas por uma operação que se postula "inofensiva", "neutra", "genérica" e "inclusiva"; e este ato violento e cotidiano acaba desmistificando-nos individual e coletivamente. (PAÑUELOS EN REBELDÍA, 2007, p. 118).

Vale salientar que as palavras que parecem ser tão usuais no cotidiano das pessoas, muitas vezes não são percebidas como carregadas de machismo e preconceito em relação às mulheres. Porém, como as relações sociais ainda são desiguais, cristalizaram-se algumas "normalidades", tendo-se como normal a invisibilização daquelas. Portanto, a linguagem sexista acaba externalizando comportamentos e práticas que reforçam a discriminação das mulheres.

A utilização equilibrada de formas de tratamento para as pessoas pode ser realizada de diversas formas (ver anexos). E conforme aponta Eulàlia Lledó³, "Não estamos diante de um problema da língua e não é verdade que o masculino inclua o feminino: é uma convenção na qual somos treinados". Para esta autora, trata-se de uma questão ideológica: "A língua não é sexista nem racista, mas uma radiografia do que se pensa". Além disso, a língua não é imutável. De acordo com Lledó, se alguém não usa outras formas não é porque esta não o permita, mas porque a pessoa assim prefere.

Nessa linha, vale a pena registrar que o Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero (NEMGE) produziu o Guia Prático sobre Ensino e Educação com Igualdade de Gênero, com o objetivo de colaborar para o desenvolvimento de um trabalho pedagógico crítico e sem preconceitos, evitando o sexismo na linguagem e visando garantir, para meninos e meninas, os mesmos direitos e acesso a oportunidades, como foi noticiado na Revista Comunicação e Educação (nº 8, SP, USP-ECA/Ed.Moderna. Jan-Abr/1997. p.117-121): "USP lança guia prático sobre ensino e educação com igualdade de gênero". Além disso, a UNESCO lançou, em 1996, a publicação: "Redação sem discriminação: linguagem não sexista da UNESCO com exemplos em Português, Inglês e Espanhol".

Por fim, em referência ao Manual de Redação da Presidência da República⁴, trata-se de um documento que contém normas de redação de atos

3 Em sua obra "De llengua, diferència i context". Disponível em:

<<http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/lavanguardia/2006/11/01/ult2684u239.jhtm>>. Acesso em 07 dez 2009.

4 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/manual/manual.htm>. Acesso em 07 dez 2009.

e comunicações oficiais concernentes à Administração Pública direta, que não é o caso dos Conselhos Regionais de Psicologia, visto que são autarquias. Conforme consta na apresentação do Manual: “Espera-se que esta nova edição do *Manual* contribua, tal como a primeira, para a consolidação de uma cultura administrativa de **profissionalização dos servidores públicos (...)**” (grifos nossos). Ademais, no que se refere ao gênero gramatical, no citado documento não consta nenhuma orientação que veda a forma que o CRP03 vem adotando na elaboração dos seus documentos (linguagem que inclui tanto o gênero feminino quanto o masculino).

Diante do exposto, o CRP03 utiliza a terminologia “as/os” nos seus documentos na perspectiva da igualdade de gênero, questão fundamental inserida na temática dos Direitos Humanos, com o objetivo de dar visibilidade ao papel do gênero feminino como sujeito político, salientando que tal prática constitui uma das formas contemporâneas de enfrentar a discriminação contra as mulheres.

Salvador, 07 de dezembro de 2009.

Ludmila Cerqueira Correia

Assessora Jurídica do CRP03

“Se não nos tornarmos visíveis, será difícil uma igualdade real.”

(Gemma Lienas)

ANEXOS

SURGEM MIL E UMA SOLUÇÕES

Depois de detectar o sexismo na linguagem, começaram a aparecer diferentes recomendações para um uso não sexista da língua. Desde meados dos anos 80 o feminismo avança em estratégias para combater tanto o silêncio como o desprezo, e as soluções vão se aperfeiçoando e se redigindo novas instruções. Até 1994 aparece na Espanha o livro *Nombra*, elaborado pela Comissão Assessora para a Linguagem do Instituto da Mulher, verdadeiramente esclarecedor e útil.

As possibilidades que nos coloca são realmente variadas, criativas e diversas. Frente aos difíceis e contínuos (o/a, o (a), o-a) nos oferecem: a utilização de genéricos reais (*vítimas, pessoas, vizinhança -e não vizinhos-, população valenciana -e não valencianos*). Também o recurso aos abstratos (*a redação e não os redatores, a legislação e não os legisladores*). Mudanças também nas formas pessoais dos verbos ou dos pronomes (no lugar de *Na Pré-história os homem viviam...*, podemos dizer *os seres humanos, as pessoas, as mulheres e os homens* e também *na Pré-história se vivia... ou na Pré-história vivíamos...*).

Outras vezes podemos substituir o *suposto genérico homem ou homens pelos pronomes nós, nosso, nossa, nosso ou nossos* (*É bom para o bem-estar do homem...*, substituído por *É bom para o nosso bem-estar...*). Outras vezes podemos mudar o verbo da terceira para a segunda pessoa do singular ou para a primeira do plural sem mencionar o sujeito, ou colocar o verbo na terceira pessoa do singular precedida pelo pronome se (*Se recomenda aos usuários que utilizem corretamente o cartão...* substituído por *Recomendamos que utilize seu cartão corretamente...* ou *Se recomenda o uso correto do cartão*). Ou ainda as mudanças do pronome impessoal (*Quando um se levanta* ficaria *Quando alguém se levanta* ou *Ao levantarmos* e também mudaríamos *O que tenha passaporte* ou *Aqueles que queiram...* por *Quem tenha passaporte...* ou *Quem queira...*).

Também temos recomendações para corrigir o uso androcêntrico da linguagem e **evitar que não se nomeiem as mulheres como dependentes, complementos, subalternas ou propriedades dos homens** (*Os nômades se transportavam com seus utensílios, gado e mulheres, Se organizavam atividades culturais para as esposas dos congressistas. Às mulheres lhes concederam o voto depois da Primeira Guerra Mundial*), oferecendo-nos múltiplas e variadas soluções. E assim mais, muito mais.

A LINGUAGEM NÃO É NEUTRA

Já existiam duas posturas distintas no movimento feminista acerca dessas questões. As que defendem a posição de que as mulheres devemos apropriar-nos do genérico e considerar específico aos homens. Por exemplo: num centro de ensino seríamos –mulheres e homens- professores, e se nos referimos a Juan, diríamos professor homem e a Ana poderíamos dizer ela é o melhor professor do instituto. A outra posição é das que pensamos que o genérico não é universal. Seguindo com o exemplo anterior: eles e nós seríamos o professorado ou as professoras e professores.

A primeira postura se expressa assim: *O genérico, o neutro, o universal é patrimônio de todos. Deve-se denunciar a falsa universalidade, mas também se deve reivindicar a participação das mulheres no universal. Nós pensamos que não é certo que o genérico seja patrimônio comum. Os vocábulos em masculino não são universais por não englobar às mulheres. É um fato que nos excluem. Diz-se que são universais porque o masculino se ergueu ao longo da história na medida do humano. Assim os genéricos se confundem com os masculinos.*

QUEREMOS NOMEAR A DIFERENÇA

Ademais, pensamos assim porque queremos nomear o feminino, nomear a

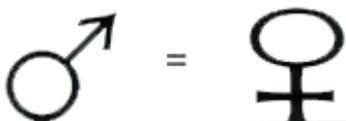
diferença. Dizer meninos e meninas ou mães e pais não é uma repetição, não é duplicar a linguagem. Duplicar é fazer uma cópia igual à outra e este não é o caso. A diferença sexual já está dada, não é a língua quem a cria. A linguagem apenas a nomeia, uma vez que existe. Nomear essa diferença é não respeitar o direito à existência e à representação dessa existência na linguagem.

García Meseguer diz que de uma maneira simplista as duas posições poderiam se resumir em torno das recomendações de Nombra e aos inconvenientes que traz em adotá-las. **A uma corrente –onde me incluo- importariam mais as mulheres que a linguagem,** e a outra corrente importaria mais a linguagem que as mulheres. De qualquer maneira, a todos esses esforços feitos devemos avanços incríveis, também, coincidências e acordos em torno da **detecção do sexismo e ao lugar das mulheres na linguagem, a invisibilidade nos genéricos, a denúncia dos homens representando os conceitos da humanidade e de universalidade, a crítica a invasão do pensamento androcêntrico e da cultura patriarcal como referentes** e tantas descobertas mais. E a todos os esforços devemos as extensas análises de dicionários, meios de comunicação, textos literários, linguagem coloquial e teses, artigos, livros, conferências, mesas redondas, apaixonantes e apaixonadas conversas sobre este problema, tanto na língua castelhana como em outras línguas.

FONTE: <<http://hystero-cracya.blogspot.com/2007/02/expulsar-o-sexismo-da-linguagem-obrigar.html>>. Acesso em 07 dez 2009.

21 de junho: DIA POR UMA EDUCAÇÃO SEM DISCRIMINAÇÃO

Ao romper com a linguagem discriminatória - tanto a escrita como a das imagens -, presente em livros, revistas, jornais, rádio, televisão, etc, avança-se na influência do modo de percepção da realidade pelas pessoas, quebrando-se padrões comportamentais que levam a uma sociedade mais justa e igualitária.



A = O

Duas letras diferentes, iguais em importância

No alfabeto é assim: "A = O". Duas letras diferentes, iguais em importância. Na vida dos seres humanos, natural-mente deveria também ser assim: iguais em direitos humanos e respeitados em suas diferenças de homens e mulheres.

Entretanto, o rio da história da humanidade não seguiu esse "curso natural" das coisas. Ao longo de milênios, a divisão sexual do trabalho e os papéis sociais atribuídos a homens e mulheres fizeram o gênero masculino sobrepor-se ao gênero feminino. As relações sociais baseadas no binômio dominação/subordinação cristalizaram-se em todas as esferas da vida humana.

O mundo mudou

Nos últimos anos, a presença feminina em funções cada vez mais diferenciadas no mercado de trabalho, na política, na administração, entre outras, trouxe a necessidade de traduzir para o vocabulário o que vem sendo vivido.

O movimento de mulheres foi pioneiro ao identificar as concepções estereotipadas das características e papéis atribuídos a mulheres e homens, e aceitar a diversificação hoje existente. Reitor de universidade pode ser reitora, assim como vereador, deputado, senador, pode ser vereadora, deputada, senadora. Delegados, consultores, peritos podem ser mulheres ou homens. Menina que nasce pode vestir branco, verde, amarelo ou até azul e é tão desejada quanto menino, por ser, como ele, um novo ser humano. Menina pode brincar com carrinho, menino pode brincar de boneca... sem problema. Em casa, homens se revezam com mulheres em todas as tarefas de reprodução da vida, no cuidado das crianças e nos trabalhos do lar... com muito prazer! A vinculação da mulher ao antigo pátrio poder masculino, primeiro do pai, depois do marido, aliada aos vários tipos de negação e invisibilidade da mulher já são vistos como estereótipos de um traço social antigo, mesmo se a prática cotidiana ainda não for generalizada.

Como o eixo cultural que fazia do homem o núcleo das relações familiares, comerciais, profissionais e intelectuais foi deslocado, o desempenho da mulher no novo status que adquiriu trouxe outras exigências, que incluem mudanças profundas em relação ao que aprendemos tradicionalmente na educação discriminatória recebida na família e depois na escola, tanto no conteúdo como na linguagem dos livros de história, geografia, ciências, gramática, redação, matemática... chegando até ao conteúdo e à linguagem dos cursos de direito, filosofia, engenharia, arquitetura e tantos outros de nível universitário. Como consequência, emergiu a necessidade de revisar a linguagem em suas diversas formulações, exemplos e imagens, que contribuem para perpetuar os estereótipos sexuais.

A revisão da linguagem tornou-se, assim, um novo tema de aprendizagem permanente para crianças, jovens e pessoas adultas, independentemente da formação acadêmica a que tiveram acesso.

A linguagem sexista chegou a ser objeto de estudo tratado nos mais diferentes níveis de governo, chegando ao âmbito das Nações Unidas. Na 24a. sessão da Assembleia Geral da Unesco, foi examinada a necessidade e a conveniência de se eliminar dos registros escritos e dos discursos orais "todas as formas discriminatórias de linguagem" em relação à mulher. Juntamente com outras questões relativas ao novo *status* que a mulher adquiriu, foi trabalhada uma série de normas e resoluções, editados manuais de estilo e de redação e implantadas regras diversas em relação à questão. A Unesco publicou, inclusive, uma série de Diretrizes para uma Linguagem Não-sexista.

Um tema planetário de educação permanente

Mas a linguagem sexista é fruto de uma prática social sexista, pautada pela educação sexista recebida na família, na escola, nas igrejas, no ambiente de trabalho e de lazer ou através dos meios de comunicação. A forma como um povo se expressa através de sua linguagem, no sentido amplo da palavra, revela qual é sua visão do mundo, quais são os valores e sentimentos que norteiam a dinâmica de sua organização social e psicológica.

Neste sentido, mudar a linguagem sexista significa aceitar o desafio de romper com sistemas de educação e práticas sexistas para criar nova consciência e novas atitudes e formas de relações entre

homens e mulheres. Este tema, trazido pelo maior movimento social mundial do século XX - o movimento de mulheres -, entrou na pauta de várias conferências mundiais do último quarto do século XX, quando as mulheres emergiram no cenário internacional.

O evento mais significativo foi, sem dúvida alguma, a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em 1995, em Beijing, na China, que contou com a presença de 184 países e mais de 40 mil mulheres, culminando com um processo de intensa mobilização dos movimentos de mulheres em nível mundial. No Brasil, mais de 800 grupos participaram do processo preparatório.

O resultado maior desta conferência foi a Plataforma Mundial de Ação orientada para proteger os direitos humanos das mulheres, respeitando suas características individuais de raça, etnia, idade, orientação sexual, condição física e social, estado civil e cultura. O governo brasileiro também assinou, sem reservas, a Plataforma com o elenco de propostas que os governos de todo o mundo devem implementar nas seguintes áreas: pobreza, educação, saúde, violência, direitos humanos, meio ambiente, comunicação, exercício do poder e participação política.

Por incrível que possa parecer, alguns representantes de governos fundamentalistas presentes à Conferência tiveram dificuldade de assinar os parágrafos onde se afirma que "os direitos das mulheres são direitos humanos". É um dado que revela o tamanho e o alcance desta questão ainda pendente em nível planetário, e deixa clara a necessidade de esforços especiais para mudar as mentalidades de centenas de milhões de pessoas que ainda são formadas de acordo com valores, crenças, leis e costumes que vêm discriminando o sexo feminino durante milênios.

O capítulo da Plataforma sobre Educação aponta algumas destas questões a serem resolvidas:

- Assegurar a igualdade de acesso à educação para as mulheres de todas as idades;
- Erradicar o analfabetismo, assegurando o acesso universal das meninas ao ensino primário e secundário antes do ano 2015;
- Aumentar o acesso das mulheres à formação profissional e criar programas educativos para mulheres desempregadas;
- Velar para que as instituições educacionais respeitem os direitos das mulheres e meninas à liberdade de consciência e religião;
- Promover uma educação não discriminatória, eliminando toda e qualquer disposição legal que estabeleça diferenças por qualquer forma de discriminação;
- Elaborar currículos e livros didáticos livres de estereótipos para todos os níveis de ensino, inclusive para a formação de pessoal docente.

Por sua vez, a Unesco, na V Conferência de Educação de Jovens e Adultos, realizada em Hamburgo, em 2000, foi muito insistente na necessidade de rever totalmente nossos padrões mentais, desenvolvendo novas atitudes e adquirindo novas habilidades para um convívio harmonioso entre mulheres e homens convivendo em sociedade. A revisão da linguagem é ali incluída em sua expressão mais ampla, de representação social que, ao ser diferente nas pessoas jovens e adultas, repercutirá, naturalmente, na educação das crianças.

A Campanha

Desde 1991, a Repem (Rede Latino-Americana de Educação Popular entre Mulheres da América Latina e do Caribe) realiza, cada ano, uma Campanha de Educação Não-Sexista com data marcada: 21 de junho. Nesse dia, nos vários países do continente, centenas de milhares de textos, poemas, letras de canções, desenhos, peças de teatro, concursos, programas de rádio e TV, publicações, seminários, etc. expressam, na maior diversidade de aproximações, que "A=O". Além das escolas e universidades, a Campanha busca chegar às empresas, órgãos públicos, organizações da sociedade civil, onde a redação de comunicados e documentos, pronunciamentos e palestras, publicações e materiais educativos pode expressar nova postura frente à mesma questão: "A=O".

Definitivamente, o reconhecimento da igualdade de direitos humanos - de homens e mulheres, na sua diversidade de condição humana - passa também por uma linguagem não-sexista. Naturalmente, ela só acontece quando igualmente se modifica a prática das pessoas que decidem incluir em suas vidas a "aprendizagem permanente da partilha do poder, do saber, do prazer e do bem querer, entre mulheres e homens convivendo em sociedades que se fundamentam na igualdade, equidade e reciprocidade. Porque A=0 ."

Educação não-sexista e não-discriminatória é educação inclusiva

A partir de 1998, a Repem mudou o título da campanha. De educação não-sexista passou a educação não-discriminatória. Esta mudança veio como evolução normal dos acontecimentos e do envolvimento da Repem com as grandes campanhas contra o racismo. É normal que assim seja, porque a mulher, discriminada por ser mulher, vive a discriminação de gênero de formas diferenciadas, a partir de sua condição de classe, de raça/etnia, de idade, de orientação sexual. Aqui vão dois dos diversos exemplos de linguagem racista, que, mesmo inconscientemente, acabam por reforçar a discriminação: "denegrir a imagem de alguém" ou "a situação está preta". É só mudar para "difamar alguém" e "a situação está ruim".

Desta forma, a Campanha de educação não-sexista e não-discriminatória é, em última instância, uma campanha de educação inclusiva de todos os seres humanos - mulheres e homens - nos vários ciclos da vida.

No Brasil, a Rede Mulher de Educação está promovendo esta Campanha por iniciativa e participação de suas sócias-educadoras. Há mais textos que estão disponíveis no site www.redemulher.org.br elaborados por Vera Vieira e Fernanda Grigolin. Em Cuiabá/MT, o ponto focal Nuepom/UFMT, coordenado pela educadora Madalena R. dos Santos, está promovendo oficinas para estudantes da 8a.série de nove escolas estaduais, com propostas para o corpo docente, além de uma voltada para estudantes de vários cursos do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da UFMT, bem como trabalhos em associações de bairros. No dia 28, haverá gincana entre estudantes de todas as escolas participantes. Um projeto de extensão sobre o tema já foi aprovado pela UFMT, com o seguinte conteúdo: educação sexista, sexismo na linguagem, provérbios /músicas que discriminam, definição de mulher e homem nos dicionários, educar sem discriminar, alternativas para uma linguagem sem sexismo.

Junte-se a nós!

21 de junho: DIA POR UMA EDUCAÇÃO SEM DISCRIMINAÇÃO

Uma linguagem inclusiva

por Beatriz Cannabrava

O uso de uma linguagem inclusiva no que se refere à questão de gênero é um exercício que exige uma permanente atenção. Falamos uma língua viva, portanto, em evolução constante. Já não se justifica dizer que a gramática exige o uso do masculino quando nos referimos a homens e mulheres. Vamos tentar não ocultar o feminino por trás do masculino?

Há várias maneiras de fazer isso. Podemos utilizar o símbolo @ como uma "soma" de a + o, tal como vem sendo feito por diversas publicações feministas para englobar o masculino e o feminino, como o Jornal Fêmea, do CFEMEA (Centro Feminista de Estudos e Assessoria). Em sua edição mais recente, de nº 123, por exemplo, encontramos na última página uma frase que bem caracteriza essa opção: "... @s [empregad@s](#) e [trabalhador@s avuls@s](#) que não têm carteira assinada..." Outra alternativa é repetir as palavras no masculino e feminino, quando queremos abranger os dois gêneros. Por exemplo: Trabalhadoras e trabalhadores devem lutar pelos seus direitos na reforma da previdência.

E temos também a rica possibilidade de usar os coletivos que são uma excelente opção para designar um conjunto de pessoas no qual há homens e mulheres: o professorado, em lugar de os professores; a população, em lugar dos povoadores, etc.

Vejamos algumas possibilidades na tabela compilada pela Rede Mulher de Educação, com base nas fontes citadas:

TABELA DE RECOMENDAÇÕES PARA UTILIZAÇÃO DE UMA LINGUAGEM INCLUSIVA	
USUAL	ALTERNATIVA
Os direitos do homem	Os direitos humanos
O corpo do homem; a inteligência do homem	O corpo humano; a inteligência humana
Museu do homem	Museu da humanidade
O homem primitivo	Os seres humanos primitivos
Homem/mês; homem/hora	Trabalho/mês; trabalho/hora
Camera-man	Operador ou operadora de câmera
Aeromoça	Atendente de voo
Língua materna	Língua de origem ou originária
Reunião de pais na escola	Reunião de pais e mães na escola
Os professores; os jovens; os meninos	O professorado; a juventude; as crianças
Os negros	A raça negra
Denegrir a imagem de alguém	Diffamar alguém
A situação está preta	A situação está ruim
José e senhorita Maria	José e Maria
Os brasileiros; os descendentes; os eleitores	O povo brasileiro; a descendência; o eleitorado
Os assessores; os coordenadores; os diretores	A assessoria; a coordenação; a direção
Afeminado	Delicado, suave, meigo
Aquele que fala	Quem fala
Precisa-se de estagiário	Estágio disponível
Cada aluno deverá ler um texto	Deverá ser lido um texto
Nas ilustrações didáticas e nos livros escolares, a mulher aparece, em geral, exercendo atividades no lar; o homem, no escritório, na oficina, etc.	Dar visibilidade às mulheres que trabalham fora de casa. Destacar a importância do trabalho no lar - tanto para as mulheres, como para os homens. Apresentar mulher e homem em todos os tipos de trabalho e funções profissionais. Observar que as mulheres desempenham papéis sociais e políticos em todos os níveis, com igual competência, autoridade e espírito de iniciativa que seus colegas homens.

FONTES: UNESCO. *Linguagem Não-Sexista*. SP. Ed. Texto Novo. 1996; e ROSSINI, Ester. SAIDEL, Rochelle. CALIÓ, Sônia. JESUS, Isamara. *USP lança guia prático sobre ensino e educação com igualdade de gênero*. In. *Revista Comunicação e Educação*. no.8. SP. USP-ECA/Ed. Moderna. Jan-Abr/1997. p.117-121

FONTE: <<http://www.redemulher.org.br/encarte52.html>>. Acesso em 07 dez 2009.